

NACIONALIZAR A ÁFRICA, CULTURALIZAR O OCIDENTE E REFORMULAR AS HUMANIDADES NA ÁFRICA*

*Toyin Falola***

O argumento que proponho nesta conferência é simples: para repensar as Humanidades na África, temos de nos reapropriar do passado e recondiçaná-lo; demarcar fronteiras apropriadas para enfrentar e conter o Ocidente; reorganizar a produção e a apresentação do conhecimento; e reconhecer que, em última análise, sem a criação de uma economia diversificada, os estudantes egressos de nosso ensino superior, por mais bem formados que sejam, sofrerão a desilusão de viver em um meio que os sufoca, em um ambiente do qual não se orgulham e sob governos com os quais não conseguem identificar-se. O objetivo aqui é fazer um apelo por Humanidades que respondam aos desafios de reformular idéias, metáforas, narrativas e quadros teóricos, para que possam servir a alguém mais do que à elite desavergonhada. Para isso, pretendo situar o papel das Humanidades em relação ao desenvolvi-

* Este texto foi originalmente lido como palestra inaugural na *Conference on Rethinking the Humanities* na Awolowo University, Ilê Ifé, Nigéria, em junho 2006. Agradeço aos organizadores pelo convite, especialmente ao reitor Sola Akinrinade e ao Dr. Akin Alao. A mesma conferência foi realizada no Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, em 10 de agosto de 2007. O texto recebeu comentários preliminares de Bisola Falola, Vik Bhal, Demola Dasyilva, Ralph Njoku, Aderonke Adesanya, Anene Ejikeme, Niyi Afolabi e Akin Ogundiran. Traduzido do inglês por Fábio Baqueiro Figueiredo.

** Professor da Universidade do Texas em Austin, Estados Unidos.

mento, à globalização, às técnicas estatais, ao Ocidente e à produção do conhecimento em múltiplos lugares.

Apresentar um argumento simples não implica em que as soluções sejam igualmente simples. Universidades não podem criar economias diversificadas. Elas podem criar e nutrir as Humanidades, mas isso não significa que seus produtos não irão terminar em cidades como Lagos ou Joanesburgo, dirigindo as motocicletas largamente conhecidas, aqui na Nigéria, como *okada*. Muito embora o conhecimento signifique aumento de poder em um meio ideal, na África a pessoa instruída não acumula necessariamente um maior poder em vista das forças em contenda que a confrontam e tornam o conhecimento adquirido simplesmente sem sentido. Em outras palavras, argumentamos que a pobreza incapacita: mesmo a pessoa instruída pode vir a se achar em um poço sem fundo. Permitam-me caracterizar essa relação crucial como “as Humanidades e as limitações do desenvolvimento”: é precisamente aquilo que focalizamos que define os limites de nossas ambições. Ao lidar com as limitações do desenvolvimento, as Humanidades têm de lidar com muitos obstáculos poderosos – vamos mesmo chamá-los de “inimigos”, para usar o vocabulário comum de pastores protestantes e adivinhos. Kehinde está na faculdade, estudando Medicina; Taiwo, seu irmão gêmeo, está na faculdade, estudando Letras. Os pais valorizam Kehinde, mas podem menosprezar Taiwo, com base em suas escolhas e seus projetos de futuro. Já não sabemos que a rota para o sucesso repousa sobre a escolha das profissões? Na medida em que os pais relacionam os cursos universitários com a futura estabilidade dos filhos, as Humanidades tornam-se vítimas da “perseguição parental”. Taiwo e Kehinde concluem a faculdade, e só um deles dispõe dos recursos necessários para cumprir obrigações sociais. Em uma sociedade que acredita em hierarquias e em que valores como aristocracia, dinheiro e patronagem contam mais que qualquer outra coisa, aquele que distribui e demonstra opulência é aquele que adquire respeito. Na medida em que a sociedade organiza seus valores em torno da riqueza, as Humanidades tornam-se vítimas da “perseguição social”. A sociedade opera com um Estado que aloca poder e recursos com base em ideologias de poder, no comportamento da elite e em outras variáveis. Face à tarefa

de impulsionar a própria sociedade, aqueles que presidem o Estado buscam opções fáceis ou de grande visibilidade. Ao elaborar argumentos e intenções, eles devastam as Humanidades, pedindo-lhes que se assemelhem a outras disciplinas, outros campos que podem ser mais facilmente reaproveitados pelo próprio Estado. O Estado deseja criar seus próprios apêndices. Em um Estado capitalista, toda a criadagem do capitalismo será recompensada. Quanto maior a distância em relação às necessidades do Estado, tanto mais o Estado retira seu apoio. Onde as Humanidades não são meros apêndices do Estado ou a criada de sua ideologia econômica, elas sofrem. Chamemos a isso de “perseguição estatal”. Com uma combinação dessas três forças poderosas – perseguição parental, social e estatal – os “inimigos” são muito difíceis de superar: eles geram depressão, dúvidas acerca de nós mesmos e a sensação de que nada valem. O enigma da focalização ergue sua cabeça – uma estratégia consistente e agressiva de limitar a discussão a apenas um aspecto, nesse caso, o da irrelevância. A focalização estreita o espectro do discurso; ela cria apenas um núcleo (a irrelevância) e toma os elementos do perímetro como redundantes. Se a História, para citar um exemplo, é tratada como irrelevante (focalização), prosseguir torna-se cada vez mais difícil, à medida que professores e seus estudantes se encastelam, transformando desse modo a focalização em sua própria obsessão. Assim, temos de resolver os problemas do subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, elevar as Humanidades ao nível com o qual sonhamos.

Aqui surgem as más notícias para os “perseguidores”. A criação, a administração e a solução do subdesenvolvimento são uma questão largamente humana. E é precisamente aí que as Humanidades entram em cena, gerando uma imaginação expandida – e, por conseguinte, um maior estímulo e criatividade intelectual – e refletindo-se mais amplamente no futuro da sociedade. Não são os Kehindes que criam as idéias que fazem progredir a sociedade, mas aqueles, como Taiwo, trabalhando como especialistas, burocratas, políticos e planejadores, e que articulam as idéias. Como “engenheiros” sociais e culturais, são eles que dizem aos engenheiros o que fazer e são eles que vão aos médicos em busca de tratamento. Sem a produção de Taiwos aos milhares, na ver-

dade aos milhões, os Kehindes estão destinados a viver em favelas e em decadência, e a, frustrados, deixar sua terra natal. Não apenas a coesão da própria família é colocada em risco, mas a da sociedade e a do Estado é igualmente comprometida. Histórias e sociedades se entrecruzam. As tensões emergem quando forças convergem e/ou colidem. As famílias e a base social não estão a salvo de conflitos e tensões na sociedade. Se os Taiwos não estão contentes, seus humores e ações afetam os Kehindes. A administração da nação se entretetece pela produção do conhecimento e pela organização dos lugares de conhecimento. Processos ocidentais de expansão econômica global criam um fluxo que afeta a nação, e a nação, de forma semelhante, afeta a cidadania. A lógica é clara. Mas só uns poucos conseguem enxergar a lógica e a forma como ela se concretiza nos fatos, na realidade diária da existência: projetos familiares e culturais de empoderamento são limitados pelo grau de desenvolvimento da nação e do Estado; as lutas por acomodação, resistência e mudança estão atadas a idéias; os projetos políticos e econômicos do Estado estão conectados às tendências mais amplas da globalização. É imperativo que as Humanidades eduquem a sociedade acerca dos perigos iminentes de comprometer as Humanidades, expondo a lógica e tecendo argumentos em torno da sociedade, e estabelecendo conexões entre suas disciplinas constituintes e o desenvolvimento, de modo que a família, a sociedade e o Estado possam perceber claramente o quanto incorrem no risco da autodestruição. Sem essa revelação, os cidadãos criam um falso sentimento de esperança, uma ilusão de que, como indivíduos, são capazes de autotransformação e reprodução, superando os obstáculos das estruturas e das instituições incapacitantes de sua sociedade. Talvez alguns consigam, mas mesmo esses também já hipotecaram sua paz e sua segurança. Vivendo em casas cercadas, um idioma agora entendido como a arquitetura do medo, eles recusam-se à plena participação na criatividade da cultura e na conexão a comunidades socialmente orgânicas, reproduzindo dessa forma uma geração que, em última análise, tem de somar às cercas físicas outras, culturais. Já temos uma paisagem de terror, e algumas partes da África estão entrando em uma paisagem de anarquia cultural. As Humanidades podem resgatar-nos de ambos.

Não quero nesta exposição fazer um catálogo das formas pelas quais as Humanidades podem contribuir para o desenvolvimento – muitas conferências inaugurais já o tentaram, e tanto a iniciativa quanto os dados apresentados já estão ficando repetitivos.¹ Antes, quero sugerir idéias mais abrangentes que possam influenciar o que fazemos e o modo como o fazemos, e estabelecer o porquê de devermos fazer certas coisas de outro modo. Minhas metáforas e críticas podem ser vistas como estando apenas a definir um momento, este momento, uma vez que cada geração, para usar a frase de um filósofo famoso, tem de descobrir sua própria missão para cumpri-la ou traí-la. Não podemos repensar as Humanidades para todos os momentos, todas as épocas, mas apenas para o nosso próprio tempo, a nossa própria época. Temos sido culpados de uma série de traições, individuais e coletivas, mas também, de muitas maneiras, cumprimos nossa missão e expiamos os pecados de nossos antepassados e seus descendentes.

Temos de identificar os desafios de nossa época, responder a eles e buscar meios adicionais de transcendê-los. Nossos desafios são fáceis de definir. Em primeiro lugar, estamos lutando com as questões do desenvolvimento em todas as suas ramificações, algo cujos paradigmas todos conhecemos tão bem. O subdesenvolvimento é hoje composto por desindustrialização, pela fuga de capitais e de cérebros, pela privatização, pela recolonização e pelos cercamentos urbanos. O problema criou um tipo de corrida obsessiva para criar uma relevância para as Humanidades muito além até do que suas disciplinas devam ser, ou do por que foram originalmente criadas e mantidas até hoje pela academia ocidental. Tem havido até comparações deslocadas com as ciências e as tecnologias, análises enganosas das conexões entre as Humanidades e o mercado, e recomendações exageradas sobre como “tecnocratizar” as Humanidades, o que está criando uma lógica perversa de utilitarismo e instrumentalismo curricular.

Segundo, estamos lidando com o contexto mais amplo da globalização e da dominação ocidental que as Humanidades têm de remode-

¹ Para um conjunto de argumentos pertinentes, ver J. F. Ade Ajayi, “History and the Nation”, in Toyin Falola (org.), *Tradition and Change in Africa: the Essays of J. F. Ade Ajayi* (Trenton, Africa World Press, 2000), pp. 389-410.

lar. A África não poderá jamais compreender as forças da globalização ou lidar com elas sem as Humanidades. Escapamos da modernidade europeia imposta pelo colonialismo para cair no modernismo americano de um capitalismo mais *sexy*. O capitalismo americano apresenta similaridades com o fundamentalismo religioso, no sentido de pressupor que as nações devem conformar-se a um conjunto de princípios econômicos, mesmo que isso comprometa seus próprios interesses.² O mercado, acredita-se, pode erguer-se, muito embora a África venha testemunhando seu poder destrutivo. Métodos modernos movimentam a riqueza mais rápido hoje que na época colonial. As distâncias entre nações e no interior destas são enormes. A desintegração social acompanha o capitalismo global. Assim como a economia atlântica empurrou os africanos para o Ocidente, como escravos, o capitalismo moderno é igualmente incansável em se apropriar da riqueza do continente. Todas as atividades internas dos indivíduos, do canto mais remoto ao mais visível, e independente de profissão e *status*, são afetadas pelas conexões do continente com o mundo externo. Outros podem comprar e vender, mas é nosso trabalho em tempo integral fornecer uma análise acadêmica sobre o que esses processos envolvem e suas conseqüências. Ao fazer isso, as Humanidades podem de fato adquirir poder como a “voz” da África. Como essa voz, a política pode ser ampliada para além das relações entre nações e abranger as relações entre os povos, de forma que milhões de pessoas no Ocidente e em outros lugares se tornem nossas aliadas. Os estudiosos que pensam ser esta uma ponte impossível de se construir deveriam estudar os protestos nas reuniões dos países ricos dos últimos quinze anos.³ Sem as energias e o entusiasmo desses ativistas, as dívidas externas africanas não teriam sido renegociadas e toda essa conversa sobre humanitarismo teria tomado um rumo diferente.

² Um número de livros altamente críticos examinam a natureza e o impacto da globalização capitalista euro-americana. Ver, por exemplo, Michael Schwartz (org.), *The Structure of Power in America: the Corporate Elite as a Ruling Class*, Nova Iorque, Holmes and Meyer, 1987; William Tabb, *The Amoral Elephant: Globalization and the Struggle for Social Justice in the 21st Century*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 2001; e John Walton e David Seddon, *Free Markets and Food Riots: the Politics of Global Adjustment*, Cambridge, Blackwell, 1994.

³ Para um relato recente, ver Eddie Yuen, Daniel Burton-Rose e George Katsiaficas (orgs.), *Confronting Capitalism: Dispatches from a Global Movement*, Nova Iorque, Soft Skull Press, 2004.

Terceiro, estamos lidando com a resistência gerada internamente pela pobreza e pelas respostas ao poder estatal. Estamos lidando também com a resistência internacional, gerada pelas respostas à globalização capitalista. Ambas têm efeitos de detonação que disparam rebeliões juvenis e se fundem, de maneiras que precisamos continuar estudando, já que, em última análise, afetam a arquitetura do Estado e do poder global. Não só temos, efetivamente, como estudiosos, uma série de temas que nos conectam às pessoas comuns (tais como lutas por sobrevivência básica, condições de trabalho, proteção ambiental e liberdades civis), mas os cidadãos da África enriquecem nossa compreensão da sociedade cotidianamente e nos habilitam a confrontar o poder mais vigorosamente, conferindo relevância a nosso papel de estudiosos e aos assuntos com os quais lidamos. Da Nigéria ao Sudão, muitos não crêem em seus governos e, por azar e pelo fato de alguns dos nossos terem sido cooptados, os estudiosos e o mundo acadêmico vêm sendo confundidos com um braço do poder dominante. Alguns grupos estão sofrendo “lavagens cerebrais”, de modo a desqualificar as Humanidades e sua capacidade de produzir conhecimento. Nossa tarefa é resgatar a base social e, de uma forma ou de outra, criar uma compreensão objetiva da resistência. Encaramos a crise de legitimidade e temos de resolvê-la a nosso favor. Devemos também divorciar-nos completamente das definições masculinistas de Estado e sociedade que desqualificam mulheres, crianças, camponeses e áreas rurais.

Quarto, estamos lidando com lugares específicos de produção e com os recursos disponíveis nesses lugares. Há detalhes conhecidos: como a escassez de livros e recursos educacionais, fuga de cérebros, baixa auto-estima e muito mais. Há alguns aspectos que ignoramos. Nós: de fato produzimos conhecimento, mas o que acontece com seu consumo? A África enfrenta uma clivagem digital e há muitos novos desafios criados pela revolução digital, envolvendo em particular o processamento da quantidade maciça de dados que a internet torna possível. Temos ainda a rigidez na forma como as disciplinas são estruturadas que determina o modo como os cursos são criados e como as instituições acadêmicas são administradas. A rigidez dos departamentos acadêmicos desencoraja a colaboração entre pesquisadores, de maneira

que temas de interesse comum se fecham em guetos. Não estou certo de que dispomos da burocracia universitária apropriada para resolver este problema, especialmente no que toca ao ensino. Estudantes do século XXI não deveriam nutrir-se dos currículos do século XX. Em todas as universidades do mundo, as Humanidades não geram as mesmas verbas e doações que a área científica e tecnológica. Conseqüentemente, elas dependem de líderes acadêmicos ou administrativos visionários. Se as Humanidades são devastadas pelos próprios colegas de academia, o Estado vai infligir mais danos por sua vez. Falta alcançar e alimentar o grande público com nossas pesquisas e conectá-lo à nossa torre de marfim.

Humanidades e consenso social

Há uma tendência entre nós de concordar rápido demais com uma série de análises da sociedade, transformando alguns estudiosos e suas idéias em cânones, sufocando opiniões contrárias, evitando riscos intelectuais, ensinando sempre os mesmos paradigmas e as mesmas idéias circundantes e ressuscitando idéias mortas para as novas gerações. Isso é morte intelectual, e devemos todos admitir que as Humanidades, assim como as universidades, estão passando por um sério mal-estar. Para repensar as Humanidades, a primeira tarefa é entender por que fabricamos o consenso intelectual e quebrar as barreiras, para permitir à nova geração experimentar suas asas e voar. Precisamos consumir as vigorosas pesquisas de um número maior de dissidentes, críticos e não-conformistas. O que o consenso social faz é alinhar o mundo acadêmico a sistemas estatais de exploração: relações desiguais e instituições excessivamente patriarcais. Em várias partes da África, e durante a maior parte do século XX, as Humanidades foram usadas para apresentar argumentos em defesa da injustiça, do autoritarismo e do culto à riqueza ilícita. Há muitos trabalhos na biblioteca colonial em apoio à exploração. Há uma literatura em favor do feudalismo islâmico e do fundamentalismo cristão. Temos uma literatura pós-colonial que legitimou o autoritarismo do partido único. Temos entre nós, inclusive, aqueles que defenderam a agenda de governos militares e de aparatos estatais corruptos.

A maneira como fabricamos o consenso social e a conformidade intelectual é algo com que precisamos preocupar-nos. As aspirações dos acadêmicos – por posições nas universidades, poder e riqueza – podem ser obstáculos, sérios obstáculos para eles próprios, para nós e para as Humanidades. Quem quer que seja obcecado por poder pode também ser igualmente obcecado pelo *status quo* e pela manutenção de sistemas estatais decadentes. Nossas crenças e o fundamentalismo incrustado nelas certamente afetam o pensamento racional sobre a África de tal forma que temos todo tipo de agentes legitimadores fazendo passar crenças por pesquisa acadêmica, pontos de vista por dados, opiniões por conclusões. Ou ainda não ouvimos comunicações que mesclam secularismo e espiritualidade? Crenças e aspirações podem ser combinadas negativamente para gerar imagens novas de um passado fossilizado e o idealismo de teocracias decadentes, o renascimento do atavismo social, a recriação da anomia colonial e a sustentação da disfunção pós-colonial. Se a vida é muito boa para alguns, uns poucos, eles podem querer transformar sua própria condição em teorias da paciência, em idéias “espere-na-fila” de prosperidade e segurança. A narrativa de si próprio – a transformação bem-sucedida do camponês – pode vir a tornar-se o modelo para a narrativa da nação. Se o indivíduo pode prosperar com *juju*,⁴ com uma reencarnação mágica noturna e instantânea, o Estado, da mesma forma, pode ser enfeitado para manter a paz dos prósperos e conter a violência da maioria dos cidadãos pobres. As desigualdades continuam a se ampliar, a pobreza está em alta, nosso volume de riqueza está diminuindo, e vemos diante de nossos olhos a evidência da promiscuidade cultural. As Humanidades só podem responder com a quebra da hegemonia do consenso: elas devem representar os dois papéis, o construtivo e o opositor, de forma que as idéias que rompem as cadeias da pobreza possam disseminar-se e ser implementadas, de forma que comunidades vibrantes possam ser criadas, de forma que os seres humanos possam ser estudados como pessoas com dignidade individual, de forma que possamos viver em paz em um ambiente seguro.

⁴ Termo para designar a “feitiçaria”, sobretudo na África ocidental (nota do editor).

O contexto da pobreza e do subdesenvolvimento implica em que os acadêmicos tenham de lidar continuamente com o Estado e com líderes que não estão necessariamente empenhados em fazer a sociedade prosperar. Muitos países africanos estão regredindo ainda mais para um estado de miséria abismal, com o aumento na escala da violência que tende a se seguir. É mais barato para o Estado, como um exemplo atrás do outro vem mostrando, reprimir, usar a força para fabricar o consenso. As Humanidades devem recusar-se a se curvar diante do poder da repressão, usando o intelecto para criar alternativas positivas. Enquanto ensinamos e escrevemos, temos de expor os perigos do interesse particular para os interesses coletivos: a receita da educação não é estar comprometido com a promoção de interesses particulares estreitos através dos quais os privilégios da elite se tornam a aspiração única e exclusiva. Muitos de nossos temas de estudo estão ligados a crenças (como no caso daqueles que se dedicam aos estudos da religião), mas não podemos deixar de advertir que crenças estão ligadas a estruturas políticas e econômicas, estratificação social e hierarquias de privilégios.

Em busca de uma *Africana*⁵

Mas quem somos nós afinal? Ou o que queremos ser? Há um pouco de obsessão com uma qualidade africana, uma busca frenética por um africano arquetípico, exemplar. Isso pode estar mal colocado: se acarretar uma definição congelada no tempo. O que deveríamos fazer em vez disso é celebrar a essência da condição africana,⁶ politizar uma identidade africana como uma estratégia deliberada de conter os excessos da globalização. Detemos o conhecimento e os recursos para construir o “caráter” dessa condição africana. Na verdade, temos até os recursos para politizá-la e para legitimar uma definição dela.

⁵ Por *Africana* pode-se entender um conjunto ou coleção de estudos, conhecimentos e artefatos produzidos na África e relativos a ela; traduções possíveis seriam “saber africano”, “erudição africana” ou “experiência africana” (nota do tradutor).

⁶ *Africanity*, no original, que o autor distingue de *African-ness*. Ambos os termos poderiam ser traduzidos literalmente por “africanidade”, mas optou-se por dar relevo à sutil distinção entre os sufixos (“qualidade” e “condição”, respectivamente), na tentativa de preservar o sentido original (nota do tradutor).

As Humanidades devem procurar a África na África e em todos os lugares, especialmente na diáspora, onde a consciência de si própria sofreu um impacto. As Humanidades na África começam efetivamente sua jornada à procura da África após a Segunda Guerra Mundial. Era com isso que todos os estudos pioneiros estavam preocupados, independente do campo do saber. Em 1938, antes do nascimento da academia africana moderna baseada em universidades, C. L. R. James, um nacionalista dedicado, resumiu a intenção por trás da pesquisa:

Por muitas centenas de anos, na verdade desde pouco tempo depois dos primeiros contatos entre a civilização ocidental e a África, foi prática quase universal tratar as realizações, descobertas e criações africanas como se a civilização ocidental fosse a norma e os africanos gastassem seu tempo imitando ou tentando alcançar o mundo ocidental ou, o que é ainda pior, passando se necessário pelos seus remotos estágios primitivos.⁷

Alguns buscaram por Olodumaré, outros pelas primeiras missões cristãs e mesquitas islâmicas. Muitos estavam procurando visões de mundo, almas, cosmologias e idéias. Continuamos à procura. Descobrimos certas coisas: as pirâmides e os reinos, os Estados, a arte divinatória, as músicas e as tradições. O passado, com todas as suas complicações, permanece relevante para o presente da África e para o seu futuro. As culturas do passado moldaram as do presente, sendo por isso que temos, ao mesmo tempo, elementos do que é primordial e do cívico competindo no mesmo espaço. O que queremos evitar é o totalitarismo do passado e de suas culturas e temos de ficar alertas contra aqueles que nos apresentam narrativas totalizantes do passado. Fazer leituras argutas das estruturas de privilégio e de poder significa também precaver-se contra o nacionalismo cultural extremo que ignora as castas e o feudalismo do passado, a violência de gênero e o etno-racialismo que embasavam muitas sociedades pré-coloniais. Descobertas de nosso passado feliz e noções unívocas da identidade africana devem ser reexaminadas e reescritas, de modo que possamos falar tam-

⁷ C. L. R. James, *A History of Pan-African Revolt*, Chicago, Charles H. Kerr, 2005 [1938], p. 141.

bém sobre formas nativas de dominação e exploração, hierarquias de classe, hierarquias étnicas e ideologias de gênero. Somos gratos a todos os pioneiros, mas a nova geração deve ir mais adiante e tratar da opressão de classe, de identidades religiosas, de gênero e gerações, assim como do impacto do passado na política atual. Será que o gene do antigo rei que governava por toda a vida foi herdado pelo presidente moderno que deseja governar a vida inteira?

Descobrimo-nos a nós mesmos, sem dúvida, e compreendemos uma coisa: nosso passado contém elementos de dominação e danoção externas, ciclos de conquistas por forças árabes, forças ocidentais e forças globalizantes. Intervenções estrangeiras ocorreram durante todo o curso de nosso passado, trazendo maldições e lançando as bases de nossos conflitos, nossa pobreza, nosso sofrimento. Assim como nos descobrimos a nós mesmos, também o fizemos quando outros descobriram nossos recursos e roubaram tudo sobre o que puseram a mão. Ao nos roubar primitivizaram-nos. O colonialismo e o capitalismo não apenas nos privaram, mas nos diminuíram e nos emascularam. Tais legados tornam-se parte da *Africana* que temos de desvelar. Já não nos confrontamos apenas com o descobrir, mas também com o defender-nos e o revidar.

É um desafio que temos de encarar sem pena. Muitos podem equivocar-se quando vêem os confrontos, coloniais e pós-coloniais, como algo que podemos simplesmente pôr à margem ou contabilizar na lista de débitos. Eles também se equivocam quando enfatizam apenas o impacto tecnológico e científico, o que explica uma das razões por que o Estado e a sociedade preferem nosso Kehinde proverbial a seu irmão. O que eles não vêem, porque não é um objeto, porque é invisível ou sutil, é o poder de definir. Quem quer que tenha o poder de definir tem poder sobre outras coisas, uma vez que esse poder pode ser usado para tornar negativo o que é positivo, para transformar seu próprio localismo em universalismo, para disseminar e semear sua própria cultura e religião, para se tornar o próprio centro do mundo, para tornar sua civilização a norma e fazer com que as demais corram para alcançá-la. São aqueles, como Taiwo que podem recriar definições, tão novas que aqueles como Kehinde começarão a pensar de forma diferente e

terão de reestruturar suas técnicas para atender às demandas de uma sociedade redefinida.

Permitam-me assumir que preciso convencê-los do poder da definição, algo como o ar que se respira mas não se sente. A definição é ao mesmo tempo uma forma e um meio de controle poderoso, em muitos casos bem mais importante que a tecnologia. Se economizamos dinheiro para importar um objeto, alguém definiu os usos e os gostos para nós. O álcool, mesmo que tenha um gosto ruim, pode ser definido como um símbolo de *status* em uma medida tal que o rei de um império florescente pode atacar seus vizinhos e vendê-los para obter a bebida. Um carro, tal como o BMW (apelidado de *Black Man's Worry*, ou “aflição do homem negro”), pode ser definido como o símbolo supremo de *status* de modo que um professor em uma universidade da Zâmbia pode gastar as economias de um ano sabático na Alemanha para comprar um. E, ao voltar para a Zâmbia, pode recusar-se a carregar qualquer livro, se livros forem definidos como insignificantes. Se a cor branca foi definida como a cor da beleza, uma mulher negra pode usar loções para clarear a cor de sua pele, mesmo que os produtos químicos utilizados causem câncer. É assim que a definição funciona. Ela coloca a sociedade em uma rota diferente, por vezes arruinando sua capacidade imaginativa.

A modernidade européia definiu nossa paisagem, dando aos países seus nomes, atribuindo rótulos e nomes a muitas outras coisas também. Essa definição da memória criou camadas de “uma memória por sobre a outra; uma memória nativa prévia enterrada sob uma outra, um aluvião estrangeiro tornando-se a nova identidade visível de um lugar”.⁸ Ngugi Wa Thiong’o, sempre enfático nos assuntos que giram em torno da memória, identifica ainda outras camadas.

A seguinte é a “memória nos corpos dos colonizados”, como no exemplo do cristianismo, que cria um novo ritual de nomeação. “Um nome dado e aceito é uma memória plantada no corpo de seu receptor

⁸ Ngugi Wa Thiong’o, “Europhone or African Memory: the Challenge of the Pan-Africanist Intellectual in the Era of Globalization”, in Thandika Mkandawire (org.), *African Intellectuals: Rethinking Politics, Language, Gender and Development* (Dacar/Londres, CODESRIA/Zed Books, 2005), p. 157.

agradecido ou que não questiona. O corpo torna-se um livro, um pergaminho, onde a propriedade e a identidade são para sempre inscritas”.⁹

Em terceiro lugar, a modernidade européia “plantou sua memória no intelecto” através da imposição das línguas européias: a capacidade de elevar “as línguas européias à altura de um ideal cuja realização era o pináculo do puro esclarecimento”.¹⁰ Com a língua vem a cultura, uma divisão da sociedade segundo linhas culturais. “A língua é um meio de organizar e conceituar a realidade”, para citar Ngũgĩ Wa Thiong’o à vontade:

[...] mas também é um banco para a memória gerada pela interação humana com o ambiente social natural. Cada língua, não importa o quanto seja pequena, carrega sua memória do mundo. Suprimir e desprezar as línguas dos colonizados também significava marginalizar a memória que elas carregavam e elevar à universalidade desejada a memória carregada pela língua do conquistador.¹¹

Em quarto lugar, a Europa plantou sua “memória no método”. Partindo de um conhecimento original obtido dos “nativos”, a Europa o recondicionou como fonte de controle. Os dados passaram a ser codificados em uma língua estrangeira e ao mesmo tempo a ser rotulados como “dados primários”. Ao longo do tempo, as idéias podem-se perder na língua original, e o nativo torna-se colonizado na memória do estrangeiro. A forma como o conhecimento é produzido passa a ser controlada, moldada pela visão de mundo do colonizador. “É um conhecimento moldado pelo contexto colonial de sua aquisição.”¹²

As Humanidades devem redefinir, colocando o que é africano no centro. Onde outros vêem barbarismo e caos, temos de ver alguma outra coisa. Quando descobrimos as pirâmides, tudo o que eles fizeram foi enxergar civilização e barbárie. Temos um complexo cultural, uma combinação de culturas políticas e valores e símbolos estéticos diver-

⁹ Ibid., p. 158.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid., p. 159.

sos. Assim como outros nos traumatizaram, nós traumatizamos nossa criatividade. Eles enfatizaram as brutalidades horripilantes dos que forjaram Estados, mas não a surpreendente arte de governar. A arte divinatória tornou-se paganismo, não um projeto intelectual. Líderes telúricos revolucionários foram demonizados. Quando os europeus matavam, era em nome da civilização. Quando matávamos em revide, era uma amostra de selvageria e canibalismo.

As Humanidades devem estudar o que consumimos, investigar o impacto e os danos da transferência do gosto. Certamente dispomos dos dados e do talento necessários para desmercantilizar gostos e prazeres importados. Arte, música, dança e teatro nos podem mostrar como lidar com a cultura do consumo e com os elementos críticos que trabalham contra a África. Deve haver a criação de uma *Africana*, como uma voga popular permanente, em fatias que apelarão para diferentes gerações de modo a não haver tensões para determinar quem sejam os guardiões desse saber. Podemos todos ser beneficiários de uma voga, em vez de gastar todo o nosso precioso tempo discutindo acerca da autenticidade e de suas raízes. A voga pode ser atemporal, pode até conter o exótico, mas o mais importante é a marca do simbolismo do saber africano. Historiadores e poetas, artistas e cantores, intelectuais e estudiosos podem todos concordar quanto à criação e à promoção dessa *Africana*, senão quanto à totalidade de seu conteúdo. Os excessos da modernidade, os excessos do capitalismo ocidental, tudo isso pode ser combatido com o apelo pragmático à música nativa, a danças e a canções rústicas, a murais, a artesanato, à culinária e a outros aspectos. Sim, nossa cultura foi fragmentada, mas as Humanidades podem gerar uma restauração revolucionária, uma *Africana* cultural. Outros terão de comercializar as idéias de forma que partes desse saber se tornem objetos de consumo.

O que acabo de batizar de *Africana* cultural não é uma fuga da modernidade, nem o que quero chamar de saber africano alienado. Nossas culturas foram assediadas e sobrepujadas, e não há ponto final no impacto das idéias ocidentais. Certamente outras idéias virão da Ásia, à medida que a África receber mais investimentos da China e da Índia. As Humanidades têm de buscar um equilíbrio entre o passado e o

presente, entre os saberes do passado e os do presente. Conservamos o que é possível e o recondicionamos para uma nova geração. Temos de buscar redes sociais seguras para que as idéias possam fluir. Temos de contribuir para a emergência do cosmopolitismo, mas sem arruinar a tradição. Seria um mundo caótico se criássemos a rigidez cultural, asfixiando a criatividade.

Não se trata de uniformidade cultural ou de políticas patrocinadas pelo Estado para obter uma fixidez cultural, como foi uma vez tentado pelo Zaire sob Mobutu Sese Seko. As Humanidades têm muito a ver com apreender os perigos do passado e os riscos do presente. Ainda que os turistas prefiram o folclórico de dia e o cosmopolita à noite, as Humanidades não podem organizar a pesquisa acadêmica da mesma maneira. Já rejeitamos a idéia de que a modernidade é uma progressão linear do tradicional para o moderno. Também já rejeitamos a idéia de que a fonte da modernização é unicamente ocidental. Nosso povo refez a modernização de maneiras que as Humanidades ainda não captaram plenamente: ele acatou mudanças segundo seu próprio ritmo, muitas delas em seus próprios termos, e redefiniu o seu conteúdo. Onde havia raiva ou descontentamento, chegou-se a corromper elementos da modernização, ridicularizando alguns de seus valores. Temos de estudar a sociedade vista de baixo e aprender com os marginalizados e despossuídos. Uma nação tem muitas faces e histórias, e todas elas devem ser consideradas. Não estamos ignorando as histórias vistas de cima, que são aquelas às quais emprestamos nossa atenção a maior parte do tempo, mas as histórias vistas de baixo são as vozes críticas que atenuam as idéias emprestadas. Temos focado aquelas forças e agentes externos que nos definiram, mas as Humanidades devem dedicar um tempo maior àquelas forças internas que nos conformaram e estabeleceram limites à modernidade imposta.

Antropologizando o Ocidente

Proteger a África, inventar um nacionalismo forte, construir uma *Africana* patriótica pode requerer tornar o Ocidente um “outro”. Primeiro vem uma estratégia de fazer da África o centro do mundo: em cartogra-

fias, mentalidade, articulação do conhecimento e teorias. É difícil. Já fomos bem-sucedidos na criação de contradiscursos que nos permitiram entender o continente. Entretanto, ao criar esses contradiscursos contribuimos mais para a coleta de dados que para a construção de teorias. Os dados são úteis na medida em que expõem quadros mais amplos e fazem diversas disciplinas progredirem. Todas as disciplinas devem defender um conjunto de objetivos coerentes, mas deixar que acadêmicos desenvolvam individualmente suas pesquisas no quadro geral de uma diversidade competitiva. Mas esses não podem ser objetivos permanentes. A única constante é a centralidade da África. As conexões intelectuais entre a África e o Ocidente são unilaterais – ponderamos sobre o que recebemos; mas não sobre o que fornecemos; tomamos idéias emprestadas para construir o sentido de nossos dados, mas não fazemos uso suficiente de nossos dados para criar um corpo de conhecimento alternativo que outros também possam tomar de nós para interpretar suas próprias realidades.

Em segundo lugar está empreender uma compreensão rigorosa do Ocidente. A África e o Ocidente não são mais que vizinhos distantes. Os estudiosos e os empreendedores de ambos os espaços têm com frequência concordado em nos apresentar uma imagem de escuridão durante o dia e de exploração durante a noite. E, quando dormem, sonham com corrupção. O Ocidente utiliza sua elite corporativa para violar a África; os colaboradores africanos constituem uma elite burocrática que estende a violação e sua diversidade para o presente. As Humanidades precisam intervir não necessariamente para diminuir a distância entre os vizinhos, mas para apresentar uma compreensão adequada do Ocidente para os africanos. O Ocidente criou o poder de entender a África de modo a ser capaz de se apropriar de seus recursos e foi bem-sucedido. A África tem de entender o Ocidente de modo a se libertar da dominação. Não há como escapar a um mundo globalizado, mas podemos criar o conhecimento necessário para remover as amarras do capitalismo explorador.

Em terceiro lugar vem reconhecer que as soluções para a pobreza na África devem incluir a redução das transferências de riqueza de um continente pobre para um Ocidente industrializado. As Humanida-

des devem construir para nós nosso destino coletivo e estranhar o fato de parecermos inexoravelmente atados a um destino ocidental, de primeiro mundo. Vemos a criação de uma riqueza fabulosa em países como a Nigéria, baseada em receitas de petróleo, e a emergência de uma gama de milionários em diversos países africanos, mas os recursos que geram as riquezas são direcionados para o Ocidente; o que os ricos fazem com a riqueza são compras do Ocidente (especialmente artigos de luxo); e assim os africanos ricos e o Ocidente produzem a miséria em massa. Sem oportunidades econômicas reais, os milhões de africanos pobres que criam os recursos transferidos para o Ocidente permanecem à parte das recompensas do crescimento econômico, à parte daquilo que a globalização pode oferecer. As Humanidades devem identificar-se com os pobres e reconhecer que a responsabilidade fundamental de suas disciplinas deve ser liberar os milhões de pobres das amarras da exploração. As idéias têm de procurar meios de se beneficiar das forças da globalização.

Nossos problemas sem dúvida têm sido conformados por nossos confrontos com o Ocidente – o problema do tráfico transatlântico de escravos e o racismo a que ele deu origem, o trauma da conquista européia, a herança devastadora do jugo colonial e do paternalismo político e o papel contraditório das religiões universais. Quanto a essas últimas, as Humanidades têm a tarefa de reconciliar um conjunto de nacionalismos ambíguos – um, que se reporta à nação, outro, às etnicidades, e outro, ainda, às religiões. Com três nacionalismos e nações dentro da mesma fronteira, as análises não podem jamais deter-se nos méritos da pluralidade mas também devem abarcar os perigos que ela representa. Ou existe algum país na África onde esses nacionalismos rivais já não consideraram a secessão? Quanto ao trauma do contato com o Ocidente, as Humanidades devem relacioná-lo à obsessão pela construção de uma modernidade africana quando todo o legado desse projeto foi embasado pela violência. Ou não é certo que todas as facetas da modernidade levaram em última análise à violência? Considerem a modernização da família e as forças recalitrantes da poligamia, da promiscuidade e da prostituição. Reflitam acerca da modernização econômica e da destruição da capacidade centenária de produzir alimentos suficientes. Acrescentem a dependência generalizada da economia afri-

cana' em relação ao Ocidente' às demandas pela criação de uma economia moderna durante o século XX. Relacionem a geração de receitas internas às dívidas externas massivas. Reflitam sobre a agenda desenvolvimentista do Estado africano – a face extrema de sua dita modernidade – e vejam o quanto ela conseguiu reproduzir a modernidade. Onde é mesmo o começo do fracasso?

Em quarto lugar, as Humanidades' na África' têm de tomar emprestada uma estratégia ocidental: a nação, o Estado e a cidadania são essencialmente uma construção da elite. As nações têm de ser imaginadas. Todas as nações apresentam desafios, e sempre nos frustramos com aqueles apresentados por nossas condições, nossas histórias conturbadas, nossa política vergonhosa. Os desafios e as contradições em todas as facetas de nossa existência tornam mais difícil estudar a África meramente através de abstrações. As Humanidades não têm escolha' exceto a de continuar a oferecer uma variedade de especificidades. Mas, ao fazê-lo, têm de criar uma *Africana*, inventar as nossas nações, harmonizar as múltiplas experiências das muitas Áfricas e começar o processo de universalizá-las.

Em quinto lugar, a realidade da sobrevivência obstinada das tradições passadas coloca em questão a demanda obstinada pela modernidade ocidental.¹³ Os ramos das Humanidades que devotaram todo o seu tempo e suas energias à promoção da modernização ocidental se frustraram tanto e tantas vezes que o termo “crise” se tornou parte de um vocabulário permanente. O Estado e muitos de nossos acadêmicos obedeceram a agendas que desconsideravam as vozes do povo, com o resultado de que a modernidade ocidental foi frustrada por fracassos, alguns induzidos pelo próprio Ocidente, com suas políticas econômicas e sua prática política. As Humanidades têm de estudar as tensões embutidas na modernidade e considerar a possibilidade de utilizar a tradição para reformar a própria tradição, em vez de sempre utilizar a modernidade para esse fim. Pode ser um projeto difícil, por ser ancorado na negação tanto da tradição quanto da modernidade, e na recusa em aceitar a evidência de insanidade e selvageria presente em ambas.

¹³ Para uma valiosa contribuição sobre o tema, ver Kwame Gyekye, *Tradition and Modernity: Philosophical Reflections on the African Experience*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1997.

Em sexto lugar, já que adotamos uma variedade de modelos e instituições políticas ocidentais, precisamos relacionar nossos fracassos políticos a nossos legados e verificar se as origens intelectuais do que fazemos estão totalmente descoladas da realidade daqueles modelos e instituições, e da forma como os colocamos em prática. As Humanidades não podem deixar de fazer análises vigorosas do fracasso da transferência desses modelos e instituições para nosso continente e, o que é mais importante, a ampla incapacidade de apresentar alternativas adequadas ao ambiente local. Vejam por exemplo as disputas em torno da transferência de poder de um líder para outro, uma prática que muitos países europeus tomam como dada. Até aqui, fórmulas para gerar estabilidade política continuam a nos escapar. Se não conseguirmos criar métodos novos e impositivos para obter um governo representativo eficiente e efetivo, como podem as Humanidades demonstrar o seu valor?

Em sétimo lugar, as Humanidades devem enfrentar a dominação política e econômica ocidental. Não podemos simplesmente desejar que elas não existam, não quando vivemos em uma era de repressão, guerras e terrorismo. A filosofia ocidental do livre mercado esteve na raiz da invasão colonial e da dominação da África. A filosofia ocidental do totalitarismo esteve na raiz da dominação política pós-colonial. O consumismo ocidental está na raiz da dominação contemporânea global. E o medo ocidental do fundamentalismo religioso está na raiz da violência e das guerras contemporâneas. Os africanos construíram o nacionalismo anticolonial, apoiado e aprimorado por estudiosos, que levou ao colapso do império europeu. As Humanidades devem contribuir com idéias para reinventar o nacionalismo de tal maneira que ele possa enfrentar poderosamente a lógica da dominação ocidental: a negatividade do capitalismo, a negatividade da “democracia corporativa”, as guerras fabricadas em busca do domínio e o fundamentalismo do livre mercado. O Ocidente nos antropologizou. Também nós antropologizamos a África: numa estratégia de distribuição de migalhas,¹⁴ a apresentação do conhecimento

¹⁴ O autor usa a expressão *trickle-down strategy*, uma alusão crítica a um tipo de política econômica que fornece subsídios aos mais ricos (especialmente redução de impostos), a pretexto de que os mais pobres se beneficiarão indiretamente do suposto aumento da atividade econômica resultante (nota do tradutor).

em línguas estrangeiras nos dá visibilidade, mas a custo de solapar línguas e culturas indígenas, além do que nossos métodos nem sempre restauraram memórias perdidas ou criaram novas memórias, novas definições para serem sobrepostas à camada da memória ocidental. Chegou o tempo de nacionalizarmos a África e culturalizarmos o Ocidente.

As ameaças da modernidade

O destino troça da modernidade africana o tempo todo, dia após dia. Nossas pretensões modernizantes parecem uma série de piadas sem graça, como o homem vestido com um terno completo de lã no calor de Kano. Nós dizemos uma coisa e a modernidade outra. Não podemos repensar as Humanidades sem reconceitualizar a modernidade e seu futuro. De fato, essa é a plataforma de nossos exercícios intelectuais. Muitas idéias nos foram apresentadas como nossos bilhetes para a modernidade, mas elas não funcionam. Temos de estudar por quê. Os lados mais obscuros da modernidade nos encaram de frente, não como as conseqüências do que fazemos de forma correta, mas como manifestações do que está errado: a cultura vazia, a promiscuidade cultural, a decadência rural, a incapacitação das mulheres, o meio ambiente arruinado, a corrupção, as favelas urbanas, etc. Isso e muito mais são parte de nossos temas.

O que nos disseram que obteríamos de nossos encontros com a ocidentalização e com a modernização mostrou ser uma fraude. Assim, nosso desafio fundamental, independente de qual disciplina professamos, tem de ser a interrogação da modernidade. A época colonial prometeu a modernidade e a “civilização” mas entregou alguma outra coisa no lugar. A modernização keynesiana clássica nos decepcionou. A economia clássica do livre comércio também fracassou. Disseram-nos na década de 1980 que esperássemos um milagre africano, como aquele que acontecera com os tigres asiáticos, mas o único milagre que houve foi no crescimento do número de crentes e não mais empregos, bens ou serviços. Presumia-se que se abrissemos nossas portas ao investimento a riqueza viria. Ao contrário, perdemos riqueza devido aos enormes serviços da dívida. Fomos aconselhados a implementar estratégias

de substituição de importações de modo a impulsionar a industrialização local, mas não fomos além de uma economia agrária. Indústrias pouco competitivas consumiram recursos ilimitados, absorvendo os raros investimentos em detrimento das áreas rurais. Se produzimos mais recém-formados, no nível médio ou universitário, eles são lançados em um mercado de trabalho imprevisível onde os problemas de subemprego e desemprego já são crônicos. Nós temos a tarefa de escrutinar todos os orçamentos nacionais e oferecer alternativas às despesas governamentais que são notoriamente inadequadas em educação, saúde, moradia, seguridade social e criação de empregos. Devemos isso aos estudantes cujo futuro se pode pautar por incertezas.

A modernidade da economia se traduz na modernidade da pobreza. Testemunhamos padrões desiguais de distribuição de renda e os pobres continuam a se perguntar se devem permanecer na terra ou migrar para o paraíso. O suprimento alimentar básico é um problema e a maioria da população não tem garantidas as três refeições diárias. Os povoados, principal feito da economia tradicional, capazes de alimentar a si mesmos e a outros, perderam sua importância. Rurais e ignorados, seus moradores não participam das redes burocráticas e acorrem às cidades aos bandos, fazendo da decadência e da inquietação rurais, das migrações, do crescimento vertiginoso e desordenado das cidades temas que estudamos. Ficamos no conforto de nossos escritórios a examinar torrentes da humanidade vivendo em barracos improvisados, favelas desumanizantes, espaços sagrados e dessacralizados. Ao passo que contraímos enormes dívidas, transferimos riqueza de um continente pobre para outros ricos e obtemos pouco poder de barganha com instituições financeiras internacionais. Ao perder o controle, o Estado tem de ignorar seus acadêmicos e burocratas para obedecer às instruções das instituições financeiras internacionais que descartam políticas protecionistas e insistem no livre mercado e na privatização. A globalização parece-nos ser imposta como um tema de pesquisa a ser verificado no contexto da impotência.

A modernidade da política é a modernidade do caos. Uma burocracia massiva, apossada pela corrupção dificilmente poderá pensar racionalmente sobre a modernidade política, que dirá corporificá-la. Os sujeitos de nossos estudos, que nos fizeram perder tempo em ensaios e

livros, já estão contaminados por altos níveis de corrupção, colocando em desordem quase todas as nossas honoráveis conclusões. Fomos levados a dedicar um tempo excessivo a análises do clientelismo, do favoritismo e do faccionalismo.

As Humanidades devem confrontar o estudo de todas as máscaras e facetas representadas pela modernidade. Arjun Appadurai, o cosmopolita indiano que é um dos faróis dos Estudos Culturais, enumerou para nós uma série de dimensões e disjunções fundamentais que precisam de nossa atenção. Ancorando cuidadosamente a modernidade nos “fluxos culturais globais”, ele defende a necessidade de estudos sobre:

Paisagens étnicas (*ethnoscapes*):

[...] a paisagem formada por pessoas que constituem o mundo em mutação no qual vivemos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores estrangeiros e outros grupos e indivíduos que se movimentam constituem uma característica essencial do mundo e parecem afetar a política das nações (e entre elas) em um grau sem precedentes até o momento.¹⁵

Paisagens tecnológicas (*technoscapes*):

[...] a configuração global, também sempre fluida, da tecnologia e o fato de que a tecnologia, tanto a alta quanto a baixa, tanto a mecânica quanto a informacional, agora se move em alta velocidade através de fronteiras antes impermeáveis.¹⁶

Paisagens financeiras (*financescapes*):

[...] a disposição do capital global forma agora uma paisagem mais misteriosa, rápida, e difícil de captar do que nunca, à medida que mercados monetários, reservas nacionais de câmbio e especulações em *commodities* movimentam megavalores através das catracas nacionais em uma velocidade ofuscante, com vastas implicações absolutas acarretadas por pequenas diferenças em pontos percentuais e em unidades de tempo.¹⁷

¹⁵ Arjun Appadurai, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996, p. 33.

¹⁶ *Ibid.*, p. 34.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 34-35.

Paisagens midiáticas (*mediascapes*):

[...] referem-se tanto à distribuição das capacidades eletrônicas de produzir e disseminar informação (jornais, revistas, estações de televisão e estúdios de produção de filmes), que agora estão disponíveis para um número crescente de interesses públicos e privados ao redor do mundo, quanto às imagens do mundo criadas por esses meios de comunicação.¹⁸

Paisagens ideológicas (*ideoscapes*):

[...] concatenações de metáforas, mas estas são em geral diretamente políticas e com frequência têm a ver com as ideologias do Estado e as contra-ideologias dos movimentos orientados explicitamente para a tomada do poder do Estado ou de um pedaço dele. Essas paisagens ideológicas são compostas por elementos da visão de mundo iluminista que consiste em uma cadeia de idéias, termos e metáforas que incluem liberdade, bem-estar, direitos, soberania, representação, e o termo mestre, democracia”.¹⁹

Todos essas paisagens conectam a África ao mundo de uma forma ou de outra e são:

[...] construções profundamente perspectivas, nas quais se inflete a característica posicional da situação histórica, lingüística e política de diferentes tipos de atores: nações-estado, multinacionais, comunidades diaspóricas, assim como agrupamentos e movimentos infranacionais (sejam religiosos, políticos ou econômicos), e mesmo grupos íntimos face-a-face, tais como aldeias, bairros e famílias.²⁰

Indivíduos, ele argumenta, vivem em “mundos imaginados”, o que significa, para usar meu próprio exemplo, que alguém pode estar situado em Ilê Ifé e ter acesso a produtos de várias partes do mundo, estar conectado, através da *internet* e dos meios de comunicação, a todos os continentes e ter uma fantasia de viver em outro lugar, talvez em

¹⁸ Ibid., p. 35.

¹⁹ Ibid., p. 36.

²⁰ Ibid., p. 34.

Hong Kong ou Chicago. Há muitas outras idéias já sugeridas pelos Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*) que descentram o Ocidente e “provincializam” a Europa das quais nos podemos beneficiar.²¹

Hora de agir

É hora de fazer algumas coisas, a começar por hoje. Todos nós devemos definir nossas agendas de pesquisa e ensino com questões, objetivos e pressuposições mais amplas, tendo em mente que idéias minimalistas não nos levarão a parte alguma. Devemos focar e invocar um elenco diverso de ambientes e atores, modulando assim em nossa pesquisa os eixos continentais de semelhanças e diferenças de religião, etnia, gênero, classe, região, ideologia e geração. Nesse processo, emergirão complexidades muito além do que agora apontamos em centenas de microestudos. Nossas lideranças intelectuais devem refletir sobre esses microestudos para criar teorias abrangentes das dimensões cultural, socioeconômica e geopolítica da África no contexto da globalização. Nossas idéias e teorias devem elevar seu *status* ao universal que é onde os recursos de uma boa biblioteca são necessários.

É hora de resolver algumas questões em torno da língua.²² Temos de nos comunicar com nosso povo nas línguas que as pessoas entendem de modo que acadêmicos e povo possam caminhar lado a lado. Vozes populares críticas não estão necessariamente presentes naquilo que fazemos se o que fazemos for apresentado em línguas estranhas àqueles sobre quem escrevemos. Criamos um sistema de conhecimento

²¹ Gustavo Esteva e Mahdu Suri Prakash, *Grassroots Postmodernism: Remaking the Soil of Cultures*, Londres, Zed Books, 1998; Richard Gombin, *The Radical Tradition: a Study in Modern Revolutionary Thought*, Nova Iorque, St Martin's Press, 1979; Frederick Jameson, *The Cultural Turn: Selected Writings of the Postmodern, 1983-1998*, Nova Iorque, Verso, 1998.

²² Recentemente a questão lingüística gerou saudáveis debates na Nigéria e de fato em diversos outros países africanos. Os meios de comunicação nigerianos desempenham um papel ativo na conscientização e no estímulo ao público. Mas esforços mais concentrados vêm da academia. Lingüistas e pedagogos, em colaboração com os governos locais, estaduais e federal compreenderam que o desenvolvimento e o uso de línguas nativas é central para o desenvolvimento nacional e têm assim continuamente reinventado e revisitado as línguas nativas. O governo federal chegou a organizar um grupo de acadêmicos para produzirem uma constituição nigeriana em línguas nativas, de forma que um número maior de pessoas possa entender o conteúdo da constituição e a forma como eles e os demais eleitores de seu distrito são afetados por ela.

que incentiva os mais abastados.²³ “Quantos cientistas sociais alguma vez escreveram um único documento em uma língua africana?” – pergunta Wa Thiong’o. Um número frustrante, respondo eu. “Nosso conhecimento sobre a África”, Ngugi conclui, “é em grande medida filtrado através das línguas européias e de seu vocabulário”.²⁴ Cheikh Anta Diop argumentou muitos anos atrás que as línguas africanas poderiam desenvolver vocabulários para todos os ramos do conhecimento. Esse argumento continua a ter enorme força e foi herdado por Ngugi que, nos últimos trinta anos, tem insistido vigorosamente no argumento de que temos de utilizar línguas africanas para olhar para a África a partir de dentro. Ao lembrar que não deveríamos ser “estrangeiros intelectuais” em nossa própria casa, deveríamos enxergar a possibilidade de reconexão com “o aluvião soterrado da memória africana, e seu uso como base para semear mais amplamente a memória africana no continente e no mundo”.²⁵

O conhecimento não poderá jamais libertar-se da política. O monopólio do Estado na venda de sua própria ideologia deve ser enfrentado. O conhecimento deve capacitar as mulheres, as bases sociais e as sociedades civis para resolver problemas antigos do subdesenvolvimento econômico e da instabilidade política. Não podemos esperar tirar proveito das novas possibilidades e oportunidades se não compreendermos e corrigirmos os equívocos do passado. Talvez possamos criar um novo curso, que eu chamaria de Protestografia, para estudar temas em torno da resistência em todas as suas manifestações – resistência ao Estado colonial, pós-colonial e similares – de modo a fornecer aos estudantes ferramentas capazes não apenas de ver o outro lado da sociedade, mas de criar uma série de estratégias alternativas para eles e

²³ Eu poderia argumentar que conexões produtivas com línguas e comunidades serão capazes de criar uma abordagem de baixo para cima e uma pedagogia flexível. Seria possível incorporar os ícones da cultura popular não-acadêmica na vida universitária: bolsas de professor visitante, por exemplo, poderiam ser oferecidas a indivíduos que fizeram contribuições críticas para a qualidade da nossa vida social – músicos, comediantes, pensadores públicos etc., independente de sua formação anterior. Ao integrá-los em nossa vida acadêmica, podemos conseguir conectar nossos estudantes à realidade da vida cotidiana, e engajar a pesquisa em uma parceria crítica com a cultura de massa, que é onde as Humanidades se apresentam cotidianamente.

²⁴ Thiong’o, “Europhone or African Memory”, p. 160.

²⁵ Ibid.

para a própria sociedade. A Protestografia não é a tentativa de criar um clima de rebelião, mas de estudar sua criação, seu desenvolvimento e suas conseqüências. De fato, energias negativas podem ser redirecionadas para o pensamento e a ação positivas. A alienação gerada por certos grupos na sociedade pode, em última análise, levar a atividades clandestinas e a uma subcultura da violência. Temos visto como esses grupos alienados imitam hoje a militarização da política e da sociedade. Se o Estado cria condições de violência e usa a violência como estratégia política, aqueles que resistem ao Estado criam uma paródia da violência e a sociedade mais ampla assume a ritualização da violência. Temos de estudar os movimentos, as redes globais de resistência de estudantes, trabalhadores, imigrantes e outros: que reagem às práticas do capitalismo que os devastam. Novos movimentos contra a dominação ocidental requerem nossa atenção, em parte porque dão à África uma voz maior. Devemos compreender suas histórias, sua composição, sua política e sua tática. Mas uma Protestografia bem feita também nos vincula ao povo. Ela nos livra da identificação com o poder global que subjuga nossos Estados e enfraquece nossos povos. Ela dá aos estudantes idéias sobre como construir fontes alternativas de influência e poder, talvez para pensarem mais a respeito da política de contra-instituições antes de agir.

Em relação ao ensino, não pode haver meias medidas. A prioridade máxima deve ser levar em conta: sobretudo: aptidão, entusiasmo e dedicação: quando do recrutamento de estudantes, e motivar aqueles que sentem dificuldades intelectuais e apenas procuram uma ou outra solução provisória para passar o tempo. À medida que os formamos, devemos testá-los para verificar como podem pensar por si mesmos, em vez de como podemos pensar por eles, de forma que possam tomar seu lugar na nação e no mundo. À medida que refletem sobre uma variedade de temas, eles precisam saber ponderar sobre as conseqüências éticas de suas ações práticas. Os estudantes precisam de uma visão do mundo em que vivemos; precisam tornar-se leitores argutos da política nacional e internacional, e adquirir uma compreensão crítica de sua posição em um momento histórico: de maneira que possam antecipar desenvolvimentos futuros. Certas precondições são incontornáveis: a habilidade de se comunicar, a habilidade de avaliar evidências quanti-

tativas e qualitativas, a habilidade de conviver com os outros independente de religião, etnia, raça, gênero e geração, além de um conhecimento profundo da globalização e do momento cultural global. Foi-se o tempo em que os estudantes de disciplinas não-técnicas podiam sobreviver sem alguma familiaridade com as ciências básicas, matemática e tecnologia. A formação em Humanidades terá de fornecer uma educação geral sofisticada que possa oferecer perspectivas e habilidades diversas.

Temos de afirmar o estudo e a política da representação na criação da *Africana* antes mencionada. As Humanidades têm de criar uma *Africana* e contribuir para representá-la tanto como uma agenda acadêmica quanto como uma agenda política. Uma “*Africana* cultural” é uma jogada cultural para retomar a África, um projeto de nacionalização, de ter uma plataforma a partir de onde se contrapor às forças devastadoras do capitalismo, de colocar um fim à mercantilização da África. A representação oferece a afirmação de nossa cidadania, de nossa posição na rede global. A representação permite às Humanidades se distanciarem de Estados ineficientes e lideranças corruptas, colocando-nos em posição de criar a diferença crucial entre acadêmicos e governos. Temos de demonstrar que o conhecimento acadêmico que geramos se liga às aspirações da maioria dos africanos, e não formam guetos subculturais destinados a escalar os degraus do privilégio em nossas universidades. Nossa prática acadêmica deve desencorajar as tentativas de continuar transferindo o poder popular para um pequeno grupo de líderes políticos e burocratas que, como a evidência tem demonstrado, utilizam o poder confiado a eles para cometer abusos contra aqueles que lhes conferiram esse mesmo poder.

A vida acadêmica africana não pode existir como uma entidade contida em si mesma. As Humanidades não podem fugir da realidade de um mundo onde as idéias circulam. Suas contribuições em todas as frentes, nacionais e internacionais, têm de estar ancoradas no pan-africanismo. É uma idéia antiga, mas que se tem atualizado em razão do crescente número de transnacionalistas africanos em diversas partes do mundo. A idéia do pan-africanismo é promover um diálogo entre estudiosos negros, independente de onde estejam. O fato de que eu esteja

publicando na Bahia e viva na remota Austin, Texas, indica o poder do pan-africanismo. Temos de circular idéias e conhecimento pelo continente de tal forma que desmantele as fronteiras coloniais e crie uma comunidade continental de estudiosos, assim como temos de dialogar através dos continentes. Nós temos os meios de realizar ambas as tarefas.

O monopólio das idéias por uns poucos deve ser quebrado. Temos de quebrar a rigidez que impede o desabrochar de talentos, e fazê-lo através da criação de fontes inesgotáveis de publicação de novas idéias e invenções, através da mudança nas regras de mobilidade social que rebaixam as pessoas, e através da lembrança constante de que o talento e a idade não caminham necessariamente juntos. As instituições acadêmicas devem transitar de hierarquias rígidas para um modelo democrático. Estratégias individuais de mobilidade devem incluir um modelo de rede que conforme instituições duradouras. Vamos sonhar grande e agir maior ainda: ao invés de mudar a África para acomodar o mundo, vamos mudar o mundo para acomodar a África.

*Aabo Oro La n so fun Omoluaabi,
Bo ba de nuu re,
Yoo di odidi.*

Uma palavra é o bastante para o sábio.

Resumo

O argumento proposto neste texto é simples: para repensar as Humanidades na África temos de nos reapropriar do passado e recondiçioná-lo; demarcar fronteiras apropriadas para enfrentar e conter o Ocidente; reorganizar a produção e a apresentação do conhecimento; e reconhecer que, em última análise, sem a criação de uma economia diversificada, os estudantes egressos de nosso ensino superior, por mais bem formados que sejam, sofrerão a desilusão de viver em um meio que os sufoca, em um ambiente do qual não se orgulham, e sob governos com os quais não conseguem identificar-se. O objetivo aqui é fazer um apelo por Humanidades que respondam aos desafios de reformular idéias, metáforas, narrativas e quadros teóricos para que possam servir a alguém mais do que à elite desavergonhada. Para isso, pretendo situar o papel das Humanidades em relação ao desenvolvimento, à globalização, às técnicas estatais, ao Ocidente e à produção do conhecimento em múltiplos lugares.

Palavras-Chave: África – Humanidades – Produção de Conhecimento – Desenvolvimento – Globalização

Nationalizing Africa, Culturalizing the West, and Reformulating the Humanities in Africa

Abstract

The argument that I propose here is a simple one: to rethink the humanities in Africa we have to reclaim and repackage the past; set appropriate boundaries to contain and curtail the West; reorganize the creation and presentation of knowledge; and recognize that, in the final analysis, without creating a diversified economy, the products of our colleges, no matter how well trained they may be, will become disillusioned by living in a milieu that suffocates them, an environment they are not proud of, and a government that they cannot identify with. The aim is to call for a humanities that can respond to the challenges of reformulating ideas, images, narratives and frameworks so that they can serve more than the shameless elite. To do this, I will situate the role of the humanities in relation to development, globalization, statecraft, the West, and the production of knowledge in multiple sites.

Keywords: Africa – Humanities – Production of Knowledge – Development – Globalization